



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte nº 506 637 441

af 22 de h.
[Signature]

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

**ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO (1ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO QUADRIÉNIO 2017-2021), DA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E
VINTE:**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, nesta cidade de Santa Comba Dão, edifício dos Paços do Município e no Salão Nobre, realizou-se, conforme convocatória nº 739, de 24 de setembro de 2020, sob a Presidência do Senhor Presidente, Leonel José Antunes Gouveia, com a participação dos Vereadores Senhores: João Carlos Carvalho Onofre, Joaquim Agostinho dos Santos Marques, Carla Isabel Silva Cunha, Inês Maria Varela Matos, Augusto de Oliveira Santos e Hélder Moraes dos Santos Dias, a sexagésima sétima reunião (primeira reunião extraordinária do quadriénio 2017- 2021) da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos:

I- ORDEM DO DIA

1- PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO /LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, NOS TERMOS DO ARTIGO 51ª, Nº3, DA LEI Nº 732013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2- PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO Nº 1 DO ARTIGO 51º DA LEI Nº 732013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS ATÉ AO MONTANTE DE 200 069,42 €, CORRESPONDENTE AO FINANCIAMENTO DE CONTRAPARTIDA NACIONAL DE INVESTIMENTO NACIONAL (ELEGÍVEL E NÃO ELEGÍVEL)= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

3- MINUTA DO CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, A CELEBRAR AO ABRIGO DO PROGRAMA 1.º DIREITO, ENTRE O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, IP E O MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, PARA A ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

I- ORDEM DO DIA



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte nº 506 637 441

af. 22.07.20
[Signature]

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Alcídia Maria Prata de Oliveira Silva. Eram catorze horas e trinta minutos pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião, começando por agradecer a pronta disponibilidade dos Senhores Vereadores para a realização desta reunião extraordinária. Agradeceu a presença, por videoconferência, do Senhor Professor Doutor Pedro Mota e Costa bem como toda a colaboração que tem prestado ao longo de alguns anos a este município. Deu nota que o Prof. Pedro Mota e Costa está a assessorar os procedimentos a que dizem respeito os primeiros pontos da ordem do dia e que têm a ver com a contratação de empréstimos de médio e longo prazo, daí a sua presença para esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir no decurso da análise. Referiu que o Município gostaria de ter, neste momento, mais obras aprovadas, no âmbito dos Fundos Europeus, concretamente ao abrigo do PARU. Têm um conjunto de obras que estão neste momento em fase de apreciação, e que já deveriam estar aprovadas. São obras que estavam contratualizadas dentro do Plano de Ação de Reabilitação Urbana, que tardam em ver a luz do dia, fruto provavelmente da quantidade de trabalho que a Autoridade de Gestão do PO Regional tem e que está a levar a um atraso inexplicável relativamente a esta e a outra questão. Também algumas obras no âmbito do PACTO, concretamente as ações no âmbito da eficiência energética, no caso do Município de Santa Comba Dão apenas está em causa a requalificação das piscinas municipais. Mas fruto de um conjunto de obras que vão lançar, uma delas já está em andamento que é a obra de requalificação da Escola Cantina Salazar. Existe a possibilidade de o Município se financiar para obter um empréstimo para a contrapartida nacional, componente elegível e não elegível. Diz ir fazer aqui um preâmbulo global relativamente aos dois assuntos, por, de certa maneira, estarem interligados e terem a ver com a possibilidade de liquidação do empréstimo PAEL. Como sabem, disse, o PAEL resultou de uma contratação iniciada pelo anterior executivo no sentido de ser pago um conjunto de dívidas em atraso e que teve, entre o período que foi feita a candidatura e o período em que foi aprovada, um dislate temporal que de certo modo complicou tudo e têm-se traduzido num conjunto de discrepâncias relativamente aquilo que são as análises feitas aos relatórios trimestrais/acompanhamento do PAEL. Por outro lado, este empréstimo tem subjacente um conjunto de obrigações por parte do Município, concretamente no que diz respeito a isenções e diminuição de um conjunto de impostos e taxas, que, de certo modo,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte nº 506 637 441

Handwritten signature

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

tem penalizado os municípios e não permite uma competitividade com os municípios vizinhos que seria de todo importante na situação atual. Em face disto, e com a colaboração mais uma vez do Doutor Pedro Mota Costa que, foi uma peça importante para a saída financeira herdada em finais de 2013, e acompanhou, desde sempre, o Município em todas as medidas que tiveram de ser tomadas, inclusivamente na fase inicial da previsível contratação do empréstimo ao FAM, que, depois, fruto do trabalho que foi realizado e em conjunto se chegou à conclusão que o Município estava no bom caminho e que poderia desvincular-se dessa obrigatoriedade por ter cumprido um conjunto de metas que não obrigava a tal adesão. Hoje, o Município está numa situação diferente, que é de aliviar a sua tesouraria, por um lado através de um contrato de empréstimo de médio / longo prazo que substitua o PAEL e por outro a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo que permita financiar a parte não elegível da contrapartida nacional de Fundos Europeus.. Dito isto, passou de imediato ao período da ordem do dia, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

1- PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO /LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, NOS TERMOS DO ARTIGO 51º, Nº3, DA LEI Nº 732013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

O Senhor Presidente começou por dizer que o empréstimo sob análise tem a ver com a contratação de um empréstimo que permita substituir esta dívida de médio/longo prazo por um novo empréstimo e que é possível porque o município cumpriu a obrigatoriedade de ter uma dívida total inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores e também porque este empréstimo só vai ser possível, desde que: com a contratação do novo empréstimo, o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente; não aumente a dívida total do município e diminua o serviço da dívida do município. Perante isto, e atendendo à situação da ficha do Município em que a média da receita corrente líquida é de 7 412 609,55€ o limite da dívida total é de 11 118 914,33€, sendo a dívida total de 10 708 909,00€, a margem absoluta 410 005,33€ e a margem utilizável de 82 001,07€. Referiu que, neste momento, já existe enquadramento legal que permite que seja utilizada a margem total



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte n.º 506 637 441

Ac. 22.20h.
[Signature]

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

e não só os 20%, não sendo, no entanto, relevante para o caso em questão uma vez que se trata de uma substituição de dívida, respeitante a três tranches do empréstimo PAEL, no valor total de 2 449 199,91 €. Nesta senda, propôs a abertura de um procedimento de consulta a instituições financeiras para obtenção de propostas de forma a instruir o pedido de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para liquidação antecipada, ao abrigo do art.º 51.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do empréstimo PAEL até ao valor de 2.449.199,91 €, com um prazo de 20 anos, sem período de carência, com reembolso em prestações semestrais (julho e dezembro), pagamento de juros semestrais postecipados, dispensando-se de ler as restantes condições que se encontram plasmadas na sua proposta datada de 24 de setembro e previamente distribuída, referindo que a submissão à Assembleia Municipal só será feita depois de a Câmara Municipal aprovar o relatório das propostas apresentadas. Dito isto, e dirigindo-se ao Doutor Pedro Mota e Costa perguntou-lhe se pretendia complementar a sua informação para depois se colocar à disposição dos Senhores Vereadores para eventuais esclarecimentos. O Senhor Doutor Pedro Mota e Costa reforçou que, efetivamente, o que o executivo, se assim o entender, vai deliberar é a consulta às instituições bancárias e só depois de receberem as propostas dos bancos e ser feito o relatório a que o senhor Presidente aludiu, é que será submetido à Assembleia Municipal, se assim o executivo o entender soberanamente. Fez a explanação técnica do que deverá ficar demonstrado no dito relatório, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos requisitos previstos no n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 16 de agosto, na sua redação atual. Falou na Lei que aprovou o PAEL, nomeadamente onde determina que a substituição do empréstimo do PAEL ainda que com recursos a fundos alheios, que é o caso, (não é com recursos próprios que vai liquidar antecipadamente o PAEL,) é com fundos alheios, através de consulta ao mercado, para contração de empréstimo, faz cessar quer o plano de ajustamento financeiro quer todas as aplicações decorrentes do PAEL. Referiu que o Município já está em equilíbrio financeiro desde 31 de Dezembro do ano passado, que cumpre os critérios de equilíbrio financeiro da nova Lei das Finanças Locais e que para todos os efeitos o Município goza plenamente de todos os direitos e obrigações, neste caso dos mesmos direitos dos outros municípios que estão em equilíbrio financeiro e por isso não só pode contrair este empréstimo como também tem a liberdade e autonomia para tomar decisões soberanas, quer nos tributos, nas taxas, etc..



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte nº 506 637 441

Acid 22h.

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

Está sujeita como, obviamente, os outros 308 municípios ao princípio da sustentabilidade orçamental e isso está subjacente a toda a gestão autárquica. Os seus órgãos ganham plena autonomia nas suas competências. Dito isto, colocou-se à disposição dos senhores vereadores para todas as questões que entendam por convenientes. Usou da palavra o Senhor Vereador João Carlos Onofre para perguntar: 1.ª questão- Se as propostas apresentadas pela banca forem desfavoráveis à liquidação, nos termos do citado artº 51º da Lei Finanças Locais, isso inviabiliza este plano ou não? O Senhor Doutor Mota e Costa respondeu que sim, que é obrigatório demonstrar que os três requisitos são cumpridos para que a operação seja viável e possa ser apresentada à aprovação da Assembleia Municipal. O Município não poderá pagar mais pelo novo empréstimo do que pagaria no PAEL; 2ª- questão- Este tipo de proposta aqui apreciada podia ter sido apreciada antes? Havia condições anteriormente para, efetivamente, trazer a contração deste empréstimo no período antes de 31 de dezembro de 2019?. Foi respondido que a partir do momento em que o município tinha uma dívida total inferior a 2,25 vezes a média, a operação era possível, se assim fosse. Diz não saber a situação do município a 31 de dezembro de 2018, mas admite que se estava abaixo de 2,25 a média e assim sendo a operação era possível. Continuando a sua intervenção o Senhor Vereador João Carlos Onofre disse: *"É nossa convicção que a liquidação deste empréstimo se venha a traduzir necessariamente, numa baixa do Imposto Municipal sobre Imóveis, numa redução da taxa da derrama que cai sobre as empresas do concelho, e na restituição do IRS às famílias, É imperioso que tal esteja plasmado na proposta de orçamento de 2021 a apresentar este ano. Se assim não for, estaremos a defraudar as legítimas expectativas das famílias, no fundo de todos os Santacombadenses"*. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente concluiu com o seguinte: *" Como já aqui foi dito muitas vezes, naturalmente, era nossa preocupação que, em termos de competitividade do município, estívéssemos de certo modo limitados na nossa capacidade de poder diminuir alguns dos impostos e de algumas taxas , que incidem quer nas empresas quer nos munícipes. É bom recordar que isto acontece hoje e ninguém se esqueça, fruto do trabalho excelente que este executivo teve, tem e continua a ter no sentido de redução da dívida. Pode dizer que outros municípios optaram por outras situações que ainda hoje continuam a ser limitados na sua autonomia pelo facto , por exemplo, de terem aderido ao Fundo de Apoio Municipal. A nossa prioridade foi sempre devolver autonomia ao Município. Este*



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte nº 506 637 441

af 2226
[Signature]

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

empréstimo hoje só é possível fruto do trabalho que foi feito ao longo dos anos , com sacrifícios dos santacombadenses e da gestão municipal. Poderiam ter enveredado por outro caminho mais populista que eventualmente poderia trazer mais votos, mas não era esse o caminho para o desenvolvimento do concelho..É bom que se relembre que foi este trabalho excelente e para o qual o Doutor Pedro Mota e Costa , não pode deixar de o referir , foi um conselheiro e assessor importante nos momentos em que tiveram de tomar decisões e mais uma vez, na sua presença , agradeço esse “ apadrinhamento “. Mas quero deixar uma coisa bem clara, desde já, o caminho faz-se caminhando e o nosso objetivo é precisamente aliviar a carga fiscal dos nossos munícipes , mas temos que o fazer de modo faseado e responsável, com calma e de acordo com a situação financeira do município. Não podemos ter uma diminuição substancial da receita própria.”. Dito isto colocou o assunto a votação, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, deferir o pedido de autorização para abertura do procedimento de consulta a instituições financeiras para obtenção de propostas de forma a instruir o pedido de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para Liquidação antecipada, ao abrigo do art.º 51.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do empréstimo PAEL até ao valor de 2.449.199,91 € (dois milhões quatrocentos e quarenta e nove mil cento e noventa e nove euros e noventa e um cêntimos) e nas condições exaradas na proposta antes referida, que aqui se dá por reproduzida na íntegra, depois de assinado pelos presentes, ficando devidamente arquivada. Mais deliberou a Câmara Municipal, também por unanimidade, nomear para Júri de abertura e análise das propostas apresentadas, os seguintes elementos: Jorge Carvalho dos Santos; Patricia Isabel dos Santos Marques e Isabel Maria Jesus Duarte Gonçalves. Como suplentes: Claudio Miguel Ferreira Costa de Almeida e Maria Emilia Beato Pacheco Lage. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, em conformidade com o estatuído nos números 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

2- PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO Nº 1 DO ARTIGO 51º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS ATÉ AO MONTANTE DE 200 069,42 €, CORRESPONDENTE



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte nº 506 637 441

Handwritten signature

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

AO FINANCIAMENTO DE CONTRAPARTIDA NACIONAL DE INVESTIMENTO NACIONAL (ELEGÍVEL E NÃO ELEGÍVEL)= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Relativamente ao assunto em referência, o Senhor Presidente começou por dizer que se trata de um empréstimo que os municípios têm ao seu dispor para a contrapartida nacional de investimento elegível e não elegível de obras que foram candidatas ao quadro comunitário. Referiu que a obra que iniciou esta semana de requalificação do edifício dos Paços do Concelho tem a ver com o programa Bem, não entra nesta possibilidade uma vez que se trata de uma candidatura que não é do Quadro Comunitário, mas sim do Governo nacional. Disse que o conjunto de obras constantes no quadro anexo à proposta sob análise já têm candidaturas aprovadas, nomeadamente a obra " Escola Cantina Salazar- Sala de exposições ", obra em fase adiantada de execução;- em fase de procedimento concursal estão a Unidade de Saúde de São João de Areias, a requalificação da Escola Básica de Santa Comba Dão e o Núcleo Museológico e a Capela e Casa dos Arcos. Fez a explanação do que pretende fazer , dando especial enfoque para a primeira e última obra que serão muito importantes para o desenvolvimento turístico de Santa Comba Dão. Disse estarem a aguardar que da parte do PARU seja aprovada a componente física da Capela e da Casa dos Arcos, equipamento extremamente importante para dinamização do património cultural, património relevante que deveria estar disponível para os santacombadenses e para quem os visita. Referiu que se existirem novas obras existirão novos pedidos de contração de empréstimos, aliviando assim a tesouraria municipal daquilo que é a contrapartida nacional de investimento municipal elegível e não elegível, o que irá permitir que as obras se façam com menos sacrifícios da parte do município, aliás hoje todos os municípios utilizam esta estratégia para a concretização dos seus projetos no sentido do desenvolvimento do concelho. Dito isto, deu a palavra ao Senhor Doutor Pedro Mota e Costa, que começou por fazer o enquadramento do empréstimo em questão face à Lei das Finanças Locais, dizendo que este empréstimo não releva para efeitos do apuramento total da dívida do município . Disse ainda que os empréstimos BEI podem ser feitos por taxa fixa e taxa variável como é o caso da que está agora em cima da mesa, por se considerar sempre mais vantajosa a taxa variável do que a taxa fixa, explicitando. Dito isto, colocou-se à disposição dos Senhores Vereadores para eventuais esclarecimentos. Usou da palavra o Senhor Vereador João Carlos Onofre para solicitar que lhe fosse explicado com mais pormenor o que é este empréstimo à



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte nº 506 637 441

af. de 22.9.20

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

Linha de Crédito BEI , considerando-se elucidado após a explanação dada. Não havendo mais pedidos de esclarecimento o Senhor Presidente agradeceu a presença do Doutor Pedro Mota e Costa, tendo este dito que foi um gosto e uma honra estar presente , colocando-se sempre à disposição do executivo. Continuando, o Senhor Vereador João Carlos Onofre colocou algumas questões concretas sobre os investimentos que vão ser financiados. Depois de tecidos alguns considerandos sobre as dúvidas suscitadas e tendo as mesmas sido esclarecidas, foi colocado o assunto a votação. Face ao que antecede a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento de candidatura à linha BEI tendente à contratação de empréstimo de médio e longo prazo para aplicação em investimentos, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal (elegível e não elegível, até ao montante de 200.069,42 € (duzentos mil e sessenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos), nas condições nas condições exaradas na proposta subscrita pelo Senhor Presidente e datada de 24 de setembro de 2020, que aqui se dá por reproduzida na íntegra, depois de assinado pelos presentes, ficando devidamente arquivada. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, em conformidade com o estatuído nos números 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

3- MINUTA DO CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO , A CELEBRAR AO ABRIGO DO PROGRAMA 1.º DIREITO, ENTRE O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, IP E O MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, PARA A ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

A Câmara Municipal, depois de ter apreciado e discutido, a minuta do contrato de comparticipação para acompanhamento técnico a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP e o Município de Santa Comba Dão, ao abrigo do Programa 1º Direito e destinado a suportar os encargos da prestação de serviços de acompanhamento técnico necessária para a elaboração da estratégia local de habitação do município de Santa Comba Dão, deliberou, por unanimidade, aprovar o clausulado da minuta do contrato de comparticipação antes referida, a qual aqui se dá por reproduzida na íntegra depois de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO

CÂMARA MUNICIPAL

Contribuinte nº 506 637 441

Ata nº 67 (1ª reunião extraordinária do quadriénio 2017-2021) de 29 de setembro de 2020

assinada por todos os presentes, ficando devidamente arquivada. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

ENCERRAMENTO

Pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.-----

Alcides Rebelo